

**Brasileiro, historiador da Nação: notas esparsas sobre o estilo em Varnhagen**Ana Priscila de Sousa Sá<sup>1</sup>**Resumo**

Concebendo que o estilo pode revelar pistas para entender quem escreve e de onde escreve, a proposta do presente texto é oferecer algumas notas sobre o estilo na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Em meio às tensões da escrita da história na metade do século XIX e sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Varnhagen pensa sua escrita nos moldes de uma história científica, pautada na busca da verdade e na imparcialidade no trato com as fontes. Como homem e estilo estão imbricados, no limite, Varnhagen também escrevia com o propósito de ser brasileiro, e um dos grandes.

**Palavras-chave: História, Varnhagen, Estilo.**

A edição de 16 de dezembro de 1878 do Jornal do Commercio traz a seguinte inscrição: “A Pátria traja de luto pela morte de seu historiador” (ABREU, 1931, p. 127).<sup>2</sup> Refiro-me ao início do Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro, texto escrito por Capistrano de Abreu, elogio ao recém-falecido historiador sorocabano. Mas nem só de elogios é feito o Necrológio.

Capistrano de Abreu afirma, por exemplo, que para defender seus escritos Varnhagen mataria “moscas a pedradas”, e que na polêmica travada com João Francisco Lisboa “teve a habilidade de pôr todo o odioso de seu lado”. Por fim, reconhece que o *paulista de Sorocaba* muitas vezes conseguiu se colocar sob o verdadeiro “ponto de vista nacional” (ABREU, 1931, p. 135), e tal mérito teria construído uma matriz historiográfica que sobreviveria por muito tempo no ensino brasileiro. Mas, em Abreu, o *ponto de vista nacional* conseguido por Varnhagen valeu a alcunha de “quadros de ferro”.

Idiossincrasias do Sr. Visconde? Teria o historiador cearense dado indícios para pensar o estilo de escrita varnhageniano? Este texto ensaiará algumas notas sobre a escrita da história na produção daquele que foi chamado por José Honório Rodrigues (2008, p. 151) de “mestre da História geral do Brasil”.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social (Ufma)

<sup>2</sup> O Necrológio é publicado nas edições dos dias 16 e 20 de dezembro do referido periódico. Está conservada a grafia original dos textos.

### “O estilo é o próprio homem?”

No livro *O estilo na história*, Peter Gay introduz o tema com um comentário à famosa máxima do conde de Buffon, segundo a qual “o estilo é o próprio homem” (GAY, 1990, p. 17). A afirmação é um exagero, no entanto, homem e estilo estão intimamente ligados. Em sua aceção escrita, o estilo permite algumas formas correlatas de expressão como o estilo emocional do historiador, espelhado na pontuação, nos adjetivos preferidos, na escolha dos episódios ilustrativos, nas tônicas e epigramas. Há também o estilo profissional, refletido no tipo de material escolhido e na forma de usá-lo, e o estilo de pensar, seus postulados mais básicos sobre a natureza do mundo. No conjunto, “os estilos compõem uma rede de indícios que apontam uns para os outros e, somados, para o homem - o historiador em atividade” (GAY, 1990, p. 24).

Todavia, é preciso ler o aforismo de Buffon com precaução. Ao proclamar que o estilo revela o homem, Buffon insinuou que o grande escritor era aquele que trazia as marcas indeléveis de uma formação aprimorada (OLIVEIRA, 2007, p. 85). Para além de uma compreensão do estilo como expressão da individualidade, deslindar o estilo de um escritor seria nele encontrar impresso as marcas que o distinguiam e o faziam partícipe de um seletivo grupo intelectual. Ter estilo era compartilhar formulações consagradas, que faziam de um homem um homem de estilo, e por isso “uma boa parcela do discurso sobre o estilo concentra-se na busca de formulações literárias felizes e da virtude tradicional, ainda que admiravelmente esquiva, da clareza” (OLIVEIRA, 2007, p. 20-21).

A proposta de Peter Gay é defender que o estudo do estilo revela muito e pode contribuir para o agudo debate sobre a natureza da história. O estilo revela porque possui um valor “diagnóstico”: oferece “pistas” para entender quem escreve, de onde escreve. Como já exposto, a proposta do presente texto é oferecer algumas notas sobre o estilo em Varnhagen, um intelectual ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O estudo dos estilos, como Gay detectou, mostra as limitações de cada historiador. Os fatos não são neutros e cada historiador quer poder influir um pouco no presente; por isso suas indagações estão voltadas para alguma finalidade concreta. Mas, não há nada que impeça o historiador de escrever uma narrativa agradável, menos árida, desde que verdadeira. Diferentemente da ficção, a história tem esse compromisso. O autor, portanto, une arte e ciência na história: “o estilo é a arte da ciência do historiador” (OLIVEIRA, 2007, p. 196). Nesse sentido, estilo e verdade histórica são não apenas compatíveis, mas ainda interdependentes.

## Notas sobre o estilo em Varnhagen (Parte I)

### “tudo viu, tudo examinou”

Varnhagen tinha suas preocupações com o estilo, o que pode ser verificado em trechos da *Correspondência ativa*. Em carta de 1839 ao amigo Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, escreveu que:

Falla-me V. Sa. no seu trabalho acerca de clássicos portuguezes. Nasceu-me o desejo de saber em que sentido era, porque eu tinha sobre isso já escripto alguma coisa em *estilo meu romântico á Walter Scott*; – e creio que em gênero didactico e desta natureza ofereceria novidade. Passei a esta lembrança depois de ter premeditado diálogos, que também para o meu fim seria bom estillo. Penso porém que o trabalho de V. S<sup>a</sup> será mais elevado e sério (VARNHAGEN, 1961, p. 34. Grifo meu).

Destaque-se em *estilo meu romântico á Walter Scott*. O estilo era dele, embora houvesse o modelo já construído por Scott. Seguiu o *estilo romântico* por julgar ser o melhor com vistas a realizar o gênero que pleiteava, o didático. Pela data da carta, o escrito a que Varnhagen se refere é a *Crônica do descobrimento do Brasil*, uma paráfrase romanceada da Carta de Pero Vaz de Caminha que foi publicada no ano seguinte (1840). Na sequência, o historiador aconselha o amigo que desejava publicar na Revista O Panorama, de Lisboa:

Convêm ainda dizer outra reflexão; que convirá ser effectiva para todos os artigos que se escreverem em periódicos como o Panorama. *É necessário que em todos eles trabalhe a imaginação, quero dizer, que com verdade haja imagens e poesia que deleite*. V. S<sup>a</sup> bem o saberá – É necessário que quem escreve incuta as suas ideas e é nisto que consiste a maior ‘originalidade’ que de V. S<sup>a</sup> pedem os Directores do Panorama (VARNHAGEN, 1961, p. 35. Grifo meu).

Varnhagen recomendou que Cunha Rivara refletisse acerca do estilo a ser adotado nos artigos para revistas como O Panorama, pois era preciso ter *imaginação* para deleitar o leitor. O deleite a ser gerado era propositalmente construído para *incutir as idéias*, constituindo a originalidade do escritor, não a sua criatividade singular, mas a capacidade de produzir imagens para conquistar o leitor e de levá-lo à concordância com as ideias apresentadas. Aqui entra o historiador Varnhagen: o estilo tem seu valor na narrativa, mas poderia ser preterido em detrimento da correção do dado exposto.

Reflexões como estas remetem aos ensinamentos retóricos clássicos, e no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, que introduz o Tomo I do *Florilégio da poesia brasileira* (1850), Varnhagen lembra que se enganavam aqueles que pretendiam ser poetas graças à

inspiração, sem conhecer as bases constitutivas da elaboração poética, o “*abc da arte*” (VARNHAGEN, 1850, p. XVI). Era preciso estudar os clássicos greco-latinos. Outro trabalho do sorocabano onde há amplo uso de recursos retóricos é o *Memorial Orgânico*, de 1849/1850 e reeditado em 1851.

Tomando o texto que saiu na Revista Guanabara em outubro/novembro de 1851, Varnhagen o oferece à *Naçam* para que todos os cidadãos pudessem avaliar, julgar e serem corresponsáveis pela implementação das ideias ali apresentadas.<sup>3</sup> Assim, apresenta-se como um patriota que se entrega ao sacrifício da censura alheia na defesa de ideias justas; o que configura uma estratégia retórica de convencimento do leitor (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

Varnhagen informa que as proposições apresentadas não visavam a sua autopromoção, lembra que nas edições de 1849/1850 optou por se apresentar de *viseira calada*, porque preferiu que suas ideias “chegassem a ser ajuizadas segundo a sua valia, sem a prevenção da [sic] nenhuma do autor” (VARNHAGEN, 1851, p. 356). Desse modo, coloca-se mesmo como alguém disposto a *morrer calado* com a Pátria, caso necessário. A modéstia apresentada por Varnhagen tem de ser vista com cautela, pois, ocasionalmente, dura até o primeiro sinal de reconhecimento do seu trabalho, às vezes logo na página seguinte.

Varnhagen enuncia que “uma dôr profunda se apodera de nós, vendo o que elle (o Brasil) é, e o que podia, o que devia ser” (VARNHAGEN, 1851, p. 358), e então convoca seu leitor para com ele encarar a inexistência de uma Nação *verdadeiramente independente*, dizendo faltar *coragem política* aos dirigentes imperiais. Como que para justificar a correção de suas ideias, o historiador faz uso frequente de exemplos históricos e pensadores de variados campos como Aristóteles, Emmerich de Vattel, François Guizot. Quando defende a mudança da capital para o interior, por exemplo, recorda a invasão do Rio de Janeiro por Duguay-Trouin, em 1711; a revolta dos escravos no Haiti era uma lembrança para que o Império extinguisse o tráfico atlântico. Observa-se, então, uma longevidade da cultura clássica no século XIX, mas, para além do *topos* clássico ciceroniano da história *magistra vitae*, há uma contínua reapropriação e reordenação desse legado, pela perspectiva nacional (SANTOS, 2014, p. 52).

Em outras passagens utiliza do pensamento científico para sustentar sua argumentação, como o Cosmos, de Alexander von Humboldt, para a questão do clima. O interesse do autor era mostrar a viabilidade da Nação idealizada, branca e europeizada. Nesse discurso o “ideal” aparece como o “real”, pois, como afirma, “uma nação por fraca que seja pode muito quando

---

3 Varnhagen realiza modificações de uma edição para outra. Em 1849, dirige o *Memorial às Assembleas geral e provinciaes do Imperio*; na reedição de 1851, oferece à *Naçam*.

quer compacta” (VARNHAGEN, 1851, p. 364). O *Memorial* é o tipo de texto pelo qual Varnhagen, na expressão de Capistrano de Abreu, mataria *moscas a pedradas*.

De acordo com a segunda parte do epigrama de Buffon, o homem vive em três mundos ao mesmo tempo: sua vida privada, seu ofício e o domínio público de sua cultura (GAY, 1990, p. 24). Estes mundos estão em constante interação, e um estilo literário maduro é a síntese destes elementos, tanto que não pode ser aprendido ou copiado. Assim, anos mais tarde, 1877, Varnhagen expõe no Prólogo da segunda edição da *História Geral do Brasil*, notas a respeito do *estylo* que empregara nesta reedição do Tomo I da obra:

Acerca do *estylo* não daremos muitas explicações; porque talvez nem acertássemos a nos fazer ouvir, quanto mais a entender. Apesar da grave sentença de Buffon, temos persuasão de que, como tudo quanto é humano, *o estylo depende muitas vezes das disposições do animo*, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. – Demais: no primeiro volume desta obra, principalmente, capítulo ha escripto com differença de cinco ou seis annos do que lhe está visinho; segundo nol-o permittiam as occasiões de que enão dispunhamos, para ir pondo em ordem, e tirando do cahos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravizavam a penna. (VARNHAGEN, 1877, p. XXVI. Grifo meu)

Varnhagen não citou a frase de Buffon, mas certamente fazia referência ao aforismo “o estilo é o homem”. O termo *apesar*, aparentemente, expunha uma angústia: escrevendo com anos de distância os capítulos da *Historia Geral do Brazil*, impossível lhe fora não variar o *estylo* da redação e esses transtornos resultaram em *repetições, incorreções e faltas de clareza*. Ou seja, esses contratempos haviam atrapalhado o pleno controle que deveria ter de seu texto, de modo a alcançar um ideal de forma textual. Na sequência, comenta uma frase de Rousseu pela qual é preciso metade de uma vida para escrever um livro, e a outra metade para corrigi-lo.

Varnhagen não escarneia da *grave sentença de Buffon* mas, como é taxativo em sua explanação, *o estylo depende muitas vezes das disposições do animo*. Um exercício rápido permite observar essa colocação: enquanto na *Crônica do descobrimento do Brasil* Varnhagen destaca a elegância do texto de Pero Vaz de Caminha; em 1854, o “chronista deste descobrimento” era um “ingênuo” (VARNHAGEN, 1854, p. 14). Neste caso, a diferença está em que seu *animo* passou de uma visão romântica sobre os índios, inspirada na carta de Caminha, para uma visão detratadora destes, como uma *raça degenerada e cannibal*.

Ainda no Prólogo de 1877, Varnhagen expõe sua metodologia de trabalho:

[...] *prometemos conservar fria imparcialidade no 'exame' da verdade dos factos*, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haver em eles sucedido deste ou daquele modo; pois de outra fôrma podia resultar dissonancia na harmonia que entre si tem de guardar, uma vez que effectivamente succederam; quando em historia o critério da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estylo, a fim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empola da paragem da terra [...] *O que distingue principalmente, tratando assumptos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria critica*, comovido de certa maneira, cria e adapta tudo ás suas inspirações; *ao passo que aquelle estuda primeiro o facto, apura-o por meio das provas que requerem o seu criterio; e só depois sentencêa com gravidade, transmittindo ao publico a sentença e os seus porquês*; e claro está que da mesma fôrma que os sentiu, se a penna lhe sabe obedecer, o quen em sempre succede. (VARNHAGEN, 1877, p. XII. Grifo meu)

Eis o método do historiador, segundo o autor: iniciava examinando com *fria imparcialidade a verdade dos factos*, apurados *por meio das provas* levantadas com *critério* para, na sequência, transmitir ao público *a sentença e os seus porquês*. Similar ao do juiz, e como um juiz, o historiador emitia vereditos. Similar também era o estilo, por isso não se encontrariam passagens ornamentadas ou imaginativas em sua *História Geral do Brasil*, o estilo do juiz e o do historiador, consequentemente, deveria ser *imparcial e sizudo*.

Não significava que o historiador não pudesse escrever como um dramaturgo, para narrar alguns episódios ou paisagens, poderia *empolar o estylo, afim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra*; mas, reafirmava que o *verdadeiro historiador* julgava a partir da *fria crítica* dos fatos. Quando possível, checava a informação *in loco*. Em 1841, em viagem pelo interior de São Paulo, escreve ao *Amigo Firme*, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, que “é falso o que diz Cazal de se ler alli [em Cananéa] certo anno, do que elle tira um argumento” (VARNHAGEN, 1961, p. 61).<sup>4</sup> Para atestar a veracidade de sua observação, fez lavrar um auto com testemunhas para efeito de necessidade futura. Na sentença de Capistrano de Abreu (1931, p. 127): Varnhagen “tudo viu, tudo examinou”.

Assim, o estilo seria a marca que diferencia e distingue o historiador, e também a prova de sua subjetividade (GAY, 1990, p. 177), porém, ao *Sr. Visconde*, preocupava mais a clareza das ideias. Pode-se dizer com isso que, aqui, já se marca o estilo literário maduro de Varnhagen.

---

4 Varnhagen se refere a um suposto padrão inscrito numa rocha que Aires de Cazal informou ter visto nessa região. Ver: VARNHAGEN, 1961, p. 61.

Mas, no Necrológio de 1878, Capistrano de Abreu alegou que “a falta de espírito plástico e sympathico” (ABREU, 1931, p. 138) era o maior defeito do Visconde de Porto Seguro. A falta de dotes artísticos de Varnhagen para a escrita já foi apontada por muitos estudiosos de sua obra; mesmo o admirador indisfarçado Clado Ribeiro de Lessa, autor da maior biografia sobre o historiador, escreveu que faltava ao “nosso compatriota” “os dotes de inventiva e de expressão para triunfar em modalidades para as quais não se dispensam em proporções equivalentes a erudição, a faculdade imaginativa e o bom gosto” (LESSA, 1954, p. 110).

Sob essa ótica, numa virtual batalha entre “os defensores da beleza com verdade e os defensores da verdade sem beleza” (GAY, 1990, p. 169), Varnhagen poderia querer ficar no primeiro lado; no entanto, a execução destiná-lo-ia ao segundo.

### **Notas sobre o estilo em Varnhagen (Parte II)**

#### **A história servia, antes de tudo, para construir a Nação**

A escolha de voltar ao Brasil não foi aleatória. Desde muito jovem, Varnhagen planejou escrever a *História Geral do Brasil*. De Curitiba, em carta de 16 de dezembro de 1840 ao primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Cunha Barbosa, informa que colheu nas vilas onde esteve “todos os apontamentos que me possam servir não só para a noticia das suas familias, como algumas notas para a Historia Geral” (VARNHAGEN, 1961, p. 59). À época contava 24 anos de idade.

Num momento de estruturação do Estado Nacional brasileiro, Varnhagen escreveu a *História Geral* sob a perspectiva dos interesses da elite brasileira, defendendo a formação de um país branco de feição europeia, e para isso buscou tanto a concepção da história utilitária quanto a noção de que a atividade do historiador era eminentemente judicativa (OLIVEIRA, 2007, p. 77). Tal característica é indicativa da ideia de história tal como estabelecida no Instituto.

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*, Varnhagen aborda o que considerava as qualidades necessárias ao historiador. Para ele,

(P. 1) No seculo actual niguem poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no Assumpto, *philosopho, litterato, e até diremos às vezes, poeta*. Expliquemo-nos.

(P. 2) Sem erudição no assumpto não existe materia de que escrever historia, ou a obra escripta, *sem factos muito averiguados* (por mais esmerada que seja a elocução), *não poderá ser recebida*, sobretudo dos estrangeiros, *senão como uma novella ou romance provavel*.

(P. 3) Mas se elle não é philosopho, isto é se não tem muito discernimento crítico (para o qual se necessita luzes geraes dos conhecimentos humanos), se é elevado pela paixão, maxime por impulsos menos nobres do odio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independencia de caracter, *se não professa sãs maximas de politica e se sciencias do governo, applicaveis ao seu paiz*, a sua obra será apenas uma chronica, mais ou menos bem escripta, e *não poderá satisfazer á condição de ser; alem de testimunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação* á qual a historia deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas commetidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custarão tristes experiencias a outros. (VARNHAGEN, 1948, p. 229-230. Grifo meu)

Varnhagen se refere à essencialidade da escrita da História a partir da verdade contida nos documentos. *Sem factos muito averiguados* (P2), sem análise crítica dos documentos, sem “verdade”; portanto, sem História. O verdadeiro historiador deveria assumir o papel de “juiz do tribunal da História”, pois “Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência” (VARNHAGEN, 1877, p. XII). O profissional da história que não consegue se desvincular dos seus interesses pessoais tem seu trabalho afetado, pois à sombra desses sentimentos *mesquinhos*, como possivelmente diria o autor, a produção de uma História que aspirasse conhecer a “verdade” se tornaria bastante improvável, senão impossível. E se não professa *sãs maximas de politica e se sciencias do governo, applicaveis ao seu paiz* (P3), também não serviria a outro importante propósito da História, que era o de ajudar na construção e no desenvolvimento da Nação.

A história tinha um valor pedagógico de alertar a geração presente e as futuras das *tristes experiências* sofridas pelos seus antepassados, mas, mais que isso, entendia que o passado precisava ser apreendido; ele interessa ao presente, pois dele emerge (SANTOS, 2014, p. 19). Desse modo, conforme o compromisso selado com a ação política, o historiador deveria trabalhar em três níveis, colaborando na administração do Estado por meio de levantamento histórico de dados que lhe possam ser úteis, de modo a favorecer a unidade nacional, e fomentar o patriotismo, enobrecendo o espírito público (ODÁLIA, 1997, p. 38).

A história ihgbiana reflete uma tensão presente na historiografia oitocentista: escrevia-se uma história “científica” para insuflar patriotismo com amplo uso de exemplos do passado, ministrados ao presente e à posteridade. Era a defesa do que se denominava “história filosófica”. O sentido político conferido à história por esta geração de historiadores é o de que, para além do passado, o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro



desta comunidade nacional, tentando ler neste passado certo destino possível, garantindo a coesão social para o presente (GUIMARÃES, 2002, p. 190).

A atuação desses letrados acontecia em dois campos: o político e o cultural. Grande parte daqueles que circulavam pelo ambiente da Corte tinha alguma formação acadêmica, eram políticos, ou ocuparam algum posto na burocracia imperial, e também adquiriram algum título de nobreza. Varnhagen, por exemplo, foi historiador, diplomata, Barão e depois Visconde de Porto Seguro. É complicado determinar onde começa o cultural e termina o político para esses homens que, a partir do Estado, ainda não completamente estabelecido, tinham a missão de forjar uma Nação.

Analisando o Instituto Histórico de Paris, modelo de inspiração do IHGB, Manoel Salgado Guimarães assinala que a tensão existente entre as exigências de uma profissionalização e o tratamento da História como uma atividade de diletantes e amadores ficava patente no interior do Instituto pela disputa entre os que desejavam abri-lo e profissionalizá-lo, enfrentando os desafios financeiros para a manutenção da instituição, e aqueles que preferiam uma agremiação de pares devotados ao estudo da História (GUIMARÃES, 2002, p. 191).

No caso brasileiro, o IHGB era uma agremiação de pares devotados ao estudo da História, mas basicamente sustentada pelo Estado imperial. Embora não tenha se alinhado politicamente nem a liberais, nem a conservadores, o Instituto foi criado com o objetivo de escrever a história nacional, fornecer a gênese da nacionalidade brasileira e, nesse movimento, estava ligado à monarquia e ao governo pessoal do monarca bragantino. Cabe indicar que a própria revista da instituição trazia a seguinte inscrição na capa: “Debaixo da immediata protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”.

Agregando a *intelligentsia* imperial em seus quadros, o IHGB foi o “guardião da história oficial” no século XIX brasileiro, o dia 21 de outubro de 1838, marco de sua fundação, é uma espécie de “data de nascimento” da disciplina histórica no Brasil. Desse modo, reunindo poetas, pintores, filósofos e demais profissionais, Varnhagen teria sido um historiador mais “profissional” entre os membros. Outros como Joaquim Manoel de Macedo ou Gonçalves de Magalhães mais faziam “literatura”, pensando ser “história”; o que leva a outro ponto de debate: o da objetividade e da subjetividade histórica no Brasil do Oitocentos.

A tensão entre objetividade e subjetividade acompanha o ofício do historiador. Quanto a isso é interessante atentar para o que disse o historicista alemão Wilhelm von Humboldt numa conferência de 1821, intitulada “Sobre a tarefa do historiador”. Humboldt assevera que

esta consiste na exposição do acontecimento, a primeira e inevitável exigência do seu trabalho e o que se pode pretender de mais elevado. Visto por esse lado, o historiador é um receptor e reproduzidor. Porém, logo em seguida, declara que a verdade do acontecimento baseia-se na “complementação” a ser realizada pelo historiador, o que chama de “parte invisível do fato”. Por esse outro lado, o historiador é autônomo e até criativo, diversamente do poeta, mas conservando alguma semelhança com este, pois precisa “compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos” (HUMBOLDT, 2010, p. 82-83).

É curiosa essa colocação porque quando se pensa em historicismo logo vem a lembrança de uma rígida metodologia da crítica documental e defesa da imparcialidade no trato com as fontes, a famosa história “como realmente aconteceu”. Falar em uma *complementação* a ser feita pelo historiador é uma evidência de que em meio às definições e redefinições sofridas pelo conceito de história entre o final do século XVIII e início do século XIX, à “objetividade” científica correspondia, ainda, algo de “imaginação histórica”; o que ajuda a entender a razão de um defensor da história como “tribunal da verdade”, como Varnhagen, escrever que no *seculo actual* (XIX) *niguel poderá alcançar este título* (de historiador), *sem que a um tempo seja erudito no Assumpto, philosopho, litterato, e até diremos às vezes, poeta* (P1).

O autor faz aqui a afirmação de uma nova abordagem histórica, a “história filosófica”, perspectiva presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a sua fundação, e que também orienta o plano de Karl von Martius (SANTOS, 2014, p. 69). Segundo Valdeir Araújo (2008, p. 55), o *topos* clássico pode ser adaptado ao novo tipo de lição histórica, porque era possível aprender com o passado sem imitá-lo. O uso retórico dos *topoi* ciceronianos não qualificaria uma concepção de história como pré-moderna, pois o essencial era entender quais os procedimentos necessários para aprender com a história.

No Brasil, o Romantismo fornece nuances importantes para pensar as fronteiras fluidas da história que se estabelecia e que permitiram a escrita de obras literárias fronteiriças entre o romance e o histórico. O nascimento da historiografia brasileira coincidiu com o processo de autonomização crescente de seus pressupostos e sua poética, sendo, inicialmente, subordinada ao gênero literário. Sobre isso, Pedro Puntoni (2003, p. 634) cita o épico “A Confederação dos Tamoyos” de Gonçalves de Magalhães, publicado em 1857 e que ficou mais conhecido pela marca que deixou no cânon historiográfico, do que pelas qualidades literárias. A dita “história pragmática” ihgbiana efetuava essa combinação, numa prática

historiográfica um tanto mesclada à ficção (penso nos “romances históricos” indianistas de José de Alencar, por exemplo), em vias de cisão em nome da “cientificidade” da narrativa.

Analisando a “objetividade” em Leopold von Ranke, Arno Wehling cita uma passagem de um texto de Lord Acton, segundo a qual, em Ranke, “(O historiador) [...] deveria ser destemido, verdadeiro, desinteressado, capaz de observar favoravelmente a quem pessoalmente – por oposição ou disposição – lhe desagradasse, paciente, acurado e justo” (WEHLING, 1973, p. 187). Esse trecho auxilia a pensar a “neutralidade” da obra varnhageniana, pois o sorocabano acreditava seguir tais “preceitos” para a elaboração de sua história, embora tivesse claras dificuldades quanto à observação *favorável a quem pessoalmente lhe desagradasse*.

É conhecida sua má vontade com relação ao chamado “Patriarca da Independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva. Aliás, na *História da Independência* José Bonifácio não figura na dianteira do processo de emancipação, pois o “herói” é o príncipe regente, futuro D. Pedro I. Assim, Varnhagen não teve tanto sucesso em separar seus sentimentos pessoais de sua análise, não se furtando, por exemplo, a dedicar um capítulo de sua principal obra ao início dos trabalhos da fundição de ferro no Brasil, em sua terra natal, tendo a fábrica a direção de seu próprio pai, Frederico Luis Guilherme de Varnhagen.<sup>5</sup> A imparcialidade em Varnhagen filho tinha limites.

A história perpetrada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era de cunho nacionalista, mas não se pode dizer que fosse um nacionalismo xenófobo. O exemplo máximo disso é que um “texto de fundação” por excelência da narrativa histórica no Brasil foi escrito por um alemão. Karl von Martius venceu o concurso promovido pelo Instituto com a famosa dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1843, onde lança a tese da história brasileira caracterizada pela mescla das três raças.

O programa do bávaro situa o lugar de índios, negros e portugueses na formação do povo brasileiro e, metaforicamente, afirma que “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica” (MARTIUS, 1845, p.

---

5 Refiro-me à Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba, interior de São Paulo. Varnhagen pai foi nomeado diretor por D. João VI e se tornou um dos pioneiros na fundição de ferro no Brasil. A seção LIII da *História Geral* (Tomo II, 1857) intitulada “Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projectos d’elrei”, inclui tópicos como “Satisfações do autor ao tratar do assumpto”, “Exitto completo” e “Modestia e justiça”. Uma das razões para o desafeto com o deputado de Santos pode ser porque José Bonifácio fez críticas desfavoráveis à gestão de Varnhagen pai na fábrica de ferro. O historiador também era filho. Sobre isso, ver: CEZAR, 2005.

382-383). A assimilação das raças inferiores pela raça branca superior foi o ponto de partida de Varnhagen na formulação de sua teoria do branqueamento da população brasileira.

No artigo *Sumé: lenda mytho-religiosa*, Varnhagen sintetiza o pensamento:

“E Sumé sentado sobre uma pedra de granito chorava a sorte do povo condemnado, que deveria *perecer ou fundir-se em outro povo* pela presença de algum conquistador mais forte de espírito e coração, e bemquisto do Senhor”. (VARNHAGEN, 1855, p. 351. Grifo meu)

No *Memorial*, postula que “É necessário tratar de equilibrar as raças, proteger por todos os modos seu cruzamento, para assim termos, daqui a um ou dois séculos, uma população homogênea” (VARNHAGEN, 2016, p. 120). Varnhagen justifica o empreendimento colonial europeu em nome da civilização, para a constituição do *homem branco brasileiro*.

A importância de Martius no pensamento varnhageniano valeu uma polêmica com o geógrafo Armand D’Avezac, uma das muitas em que o polemista Varnhagen se envolveu ao longo da carreira. Para o francês, Varnhagen teria errado em sua escolha de tratar dos nativos apenas na seção VIII da *História Geral do Brasil*, aventando ainda que sua obra se resumia à aplicação direta do programa de Karl Friedrich Philipp von Martius (OLIVEIRA, 2000, p. 168). No prefácio à edição de 1877 da *História Geral* a versão “oficial” de Varnhagen foi a de que muitas seções receberam retoques em “favor da maior harmonia do todo”, pois a configuração anterior causava “grande interrupção no fio da narração” (VARNHAGEN, 1877, p. XVI). Nenhuma palavra sobre a polêmica, cujas críticas à *História Geral* incidiam justamente nos pontos da obra que foram modificados pelo sorocabano. Varnhagen não lidava muito bem com as críticas.

De acordo com Peter Gay (1990, p. 181), é um teste rigoroso observar o estilo cognitivo de um historiador que é, a um só tempo, estudioso, homem de letras e famoso partidário. Varnhagen se envolveu no discurso político de seu tempo, sua obra historiográfica é, igualmente, uma obra política, além da atuação na diplomacia. Há que se dizer que, como os “pais fundadores” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazia parte do grupo que saía em defesa da monarquia constitucional, considerada a única saída política para o Brasil. Varnhagen estava ligado ao *establishment* imperial e era *homem do Imperador*.

Como os políticos de sua época, a preocupação apresentada por Varnhagen era a da manutenção da unidade nacional. Em carta ao Imperador, diz que o empenho que lhe guia

pena é “promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Imperio *futuro*, objeto constante do meu cogitar” (VARNHAGEN, 1961, p. 246. Grifo do autor). Considerava sua obra útil porque “representava [...] a integridade do Brasil” e oferecia modelos de “boas ações” (VARNHAGEN, 1857, p. VI-XII). As tais *boas ações*, segundo sua compreensão, eram aquelas ligadas à efetivação do processo colonizador, fundador da nacionalidade; porque a Nação era brasileira, mas nunca deveria esquecer suas raízes, a *mãe pátria* portuguesa, fonte de sua civilização.

A história nacional era a história de sua civilização e, portanto, a história da conquista e ocupação do território pelo colonizador europeu. Uma história que permitiria ao povo sentir-se partícipe do todo único da nacionalidade brasileira, afastando-se do provincialismo, ao evitar que os interesses locais e parciais se colocassem acima dos interesses gerais.

É nesse sentido que a escrita da história no Brasil oitocentista é atravessada pelo que Temístocles Cezar chama de “retórica da nacionalidade”, ou seja, um discurso destinado a convencer os brasileiros de que compartilhavam um passado em comum e um presente com uma mesma identidade (CEZAR, 2006, p. 29). Nesse período, a história e a geografia, que passavam por alterações na tentativa de se firmar nos limites do que deveria ser a ciência no século XIX, em companhia da literatura e da etnografia, buscavam singularizar essa retórica da nacionalidade, contendo e resistindo à dispersão do discurso, e principalmente constituindo-se como campos de saber que explicassem a existência de uma Nação, ao longo do tempo, formada por “brasileiros”. Só acentuando, o Instituto era Histórico e Geográfico. Juntas, a história conferindo uma identidade, e a geografia um espaço territorial definido, formavam a dupla de elementos essenciais na conformação da ideia de Nação brasileira.

De fato, no século XIX a História conquistou a universidade, tornou-se disciplina acadêmica e, ao emergir a figura do historiador profissional, agora se falava em termos de *métier*. O Oitocentos foi denominado “século da História”, mas também já se disse que foi a era da “construção das nações” (HOBSBAWM, 2012, p. 13). Talvez a conexão entre ambas possa ser explicada pela seguinte assertiva: no “longo” século XIX, a história serviu, antes de tudo, para construir uma ideia de Nação.

### ***Paulista de Sorocaba***

Peter Gay (1990, p. 22) fala que entre os estilos mais reveladores está o estilo emocional do historiador; dessa maneira, um último aspecto importante a ser destacado sobre

a escrita de Varnhagen talvez possa ser a questão de sua própria nacionalidade. Uma rastreada simples em alguns títulos de suas obras, ou assinaturas de cartas, mostra uma busca por associação direta com o Brasil: a Parte I do *Memorial Orgânico* (1849) é apresentada por *um brasileiro, dado a luz por um amante do Brazil*; o Tomo I da *História Geral* (1854) é oferecido por um *socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba*. Na *Correspondência ativa*, a partir de 1872, quando assina, passa a trazer o *B. de Porto Seguro*, depois de 1874, *V. de Porto Seguro*, com algumas variações.

Já assina a peculiaridade da modéstia de Varnhagen, e a leitura de algumas cartas por ele escritas dão a impressão de que tamanha humildade, muitas vezes, é demonstração de vaidade intelectual, fruto da ânsia por um reconhecimento que aguardava, e não vinha. Mas, nesse momento, gostaria de atentar para outro ponto.

Em 1844, Varnhagen se envolveu numa polêmica começada por ele mesmo com o pernambucano Inácio de Abreu e Lima. A discussão girou em torno do plágio de 2º grau que Abreu e Lima teria cometido no seu *Compêndio de História do Brasil*, e que Varnhagen denuncia como uma obra que “sacrifica muitas vezes a verdade historica ao estylo fascinador, e portanto mais perigoso” (VARNHAGEN, 1844, p. 63-64). Em sua resposta, o coronel recifense disse que o sorocabano tinha “um tino admirável para descobrir papeis velhos e sepulturas”, mas seu *Primeiro Juízo* era apenas um “mundo de asneiras e disparates”, escrito por “um pedante, brasileiro de meia cara” (LESSA, 1955, p. 27-32).

Este é o ponto mais sensível de toda a polêmica: 1. Varnhagen acreditava na importância da sua obra para as letras nacionais, pois toda sua vida foi dedicada a escrever a historia do Brasil, assim, aguardar o reconhecimento de seu esforço e dedicação, e um título de nobreza, não era “pedantismo”, em sua opinião; 2. Varnhagen era *natural de Sorocaba*, mas filho de alemão com portuguesa. A nacionalidade “por decreto” conseguida em 1841 não diminuiu o desconforto que o historiador sentia quando o fato de ser o *Sr. Varnhagen* articulava-se com uma ideia de que seria “menos brasileiro” (VARNHAGEN, 1961, p. 371).

Vivendo sempre no exterior, Varnhagen foi uma espécie de viajante que olhou o Brasil de fora. A pertinência de tal afirmação está em que, ao longo da vida, Varnhagen lutou para ser reconhecido como “brasileiro”, depois como historiador e diplomata e, finalmente, tornar-se nobre. Como bem observou Temístocles Cezar (2007, p. 193), esse conjunto de fatores demonstram que não foi um empreendimento pessoal exatamente bem-sucedido. A carreira diplomática ajudou no ofício de historiador, mas também era um “fardo”, porque possibilitava

o acesso aos arquivos europeus, porém tirava o tempo de se dedicar mais às pesquisas. Terá sido Varnhagen um historiador dos “vencedores”, mas “vencido”?

Dizendo-se que o estilo nem sempre é o homem, e decerto não é o homem por inteiro (GAY, 1990, p. 18), é possível anotar que, no caso de Varnhagen, a escrita da história e aspectos da vida pessoal estavam imbricados de modo orgânico. No limite, Varnhagen escrevia com o propósito de ter uma identidade: ser brasileiro e um dos grandes. Como nunca escondeu, escrevia a partir de um “ponto de vista” “brasileiro” (CEZAR, 2007, p. 193).

Sobre o futuro do que chamou “massa cyclopica de materiaes” que Varnhagen teria acumulado e chamado de *História Geral do Brasil*, a sentença de Capistrano de Abreu é dura: “Daqui a séculos também a obra de Varnhagen será lida, porém por profissionaes, que a consultarão como a um dicionario de arcaísmos [...]: o povo só o conhecerá de tradição” (ABREU, 1931, p. 214). No entanto, reconhecia que o “monumento” da história do Brasil ainda precisava de muitas pedras, de modo que o “edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto-Seguro” demoraria ser construído por outro historiador “iniciado no movimento do pensar contemporaneo” (ABREU, 1931, p. 140).

Ao que os estudos posteriores ao trabalho do cearense indicam, embora datado, o historiador paulista de Sorocaba não virou apenas vocábulo de *dicionario de archaismos*. No concernente ao *pedestal*, ao menos o “posto” de “fundador” da “historiografia científica” brasileira no Oitocentos, ou primeiro brasileiro a escrever uma história do Brasil, parece garantido. Quanto ao resto, o próprio Capistrano de Abreu explica: “cada seculo exige certas qualidades especiaes em quem o estuda” (ABREU, 1931, p. 201). Varnhagen teve as qualidades especiais de seu século.

Se deslindar o estilo equivaler a deslindar o homem (GAY, 1990, p. 21), o testamento de Varnhagen pode ser elucidativo:

[...] desejo que o meu corpo fique sepultado no lugar em que suceder meu falecimento; mas disponho que, antes de decorridos dois anos depois de meu falecimento, no alto do Morro de Arasoiaiva, próximo do lugar em que nasci, *se levante uma cruz* tosca, quer de granito, quer de mármore preto (pedra de cal) das imediações, *tão grande quanto seja possível*, com uma pequena inscrição na base *em que se declare que fiz nela voto ao Senhor, por me haver concedido nascer no Continente de Colombo, e na paragem em que meu Pai levantou um estabelecimento monumental*. (JANKE, 2009, p. 24. Grifo meu)

Nesta esteira, em 2016 comemorou-se o bicentenário de nascimento do historiador. Hoje, os restos mortais do Sr. Visconde descansam em um monumento com busto em bronze,

em frente ao Mosteiro de São Bento, no Largo de São Bento, em Sorocaba.<sup>6</sup> No *Memorial orgânico* Varnhagen proclama que “se gloria nos couber, venha ella ainda que seja daqui a séculos, e sobre a triste sepultura” (VARNHAGEN, 2016, p. 202). 140 anos depois de sua morte, sua estátua é quase um símbolo material da historia *magistra vitae*.

## Referências

ABREU, João Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

\_\_\_\_\_. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e Estudos**. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

ARAÚJO, Valdei Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, n.7, mai. 2008.

CALMON, Pedro. Calmon. Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 338, p. 249-258, jan./mar. 1983.

CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

\_\_\_\_\_. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GAY, Peter. Introdução: o estilo da maneira à matéria. In: \_\_\_\_\_. **O estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Conclusão: sobre o estilo na história. In: \_\_\_\_\_. **O estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, pp. 184-200, dez. 2002.

HOBSBAWM, Eric. A construção das nações. In: \_\_\_\_\_. **A Era do Capital (1848-1875)**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

---

6 A cerimônia contou com um discurso proferido pelo príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, desfile da urna com os restos mortais na viatura do Corpo de Bombeiros, antecedido por uma missa de encomenda a Deus (exéquias aos restos mortais) celebrada pelo monge responsável pelo Mosteiro. Ver: NOGUEIRA, 2016.



HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Programa de pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acessado em 17/01/2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 224, p. 109-315, jul./set. 1954.

\_\_\_\_\_. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 226, p. 03-168, jan./mar. 1955.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

NOGUEIRA, Leandro. Mosteiro recebe restos mortais de Varnhagen. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 18 fev. 2016. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/677254/mosteiro-recebe-restos-mortais-de-varnhagen>. Acesso em: 30 jun. 2017.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Recursos discursivos retóricos no ‘Memorial Orgânico’ de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais...** Londrina, 2005, p. 1-8.

\_\_\_\_\_. **A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **História e historiografia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841.

\_\_\_\_\_. Primeiro Juízo: submettido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, á cerca do “Compendio da História do Brasil” do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, 1844.

\_\_\_\_\_. Ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Florilégio da poesia brasileira**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

\_\_\_\_\_. Memorial Orgânico offerecido á nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851.

\_\_\_\_\_. **História Geral do Brazil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

\_\_\_\_\_. Sumé: lenda mytho-religiosa americana. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, v. IV, nov. 1855.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **Historia Geral do Brazil**. TOMO II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

\_\_\_\_\_. Dedicatória e Prólogo. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brazil**. TOMO I. 2. ed. Viena: Imp. do filho de C. Gerold, 1877.

\_\_\_\_\_. **Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória)**. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis (RJ): Ministério da Educação e Saúde, 1948.

\_\_\_\_\_. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

\_\_\_\_\_. **Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil [1849]. Brasília: FUNAG, 2016.

WEHLING, Arno. **Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica**. Revista de História, São Paulo, n. 93, p. 177-200, 1973.

\_\_\_\_\_. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.